

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CIÊNCIAS POLÍTICAS

A ESTRUTURAÇÃO DA ARENA POLÍTICA ATRAVÉS DAS REGRAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS.

¹ Juliana da Silva Barreto (IC – UNIRIO); ¹ José Paulo Martins Jr. (orientador)

1 – Departamento de Ciência Política; Escola de Ciência Política; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: UNIRIO

Palavras-chave: partidos; sistemas eleitorais; arena política.

INTRODUÇÃO

Historicamente a construção de uma democracia perpassa por diversas etapas até a sua consolidação, no Brasil isso não é diferente. Após um período longo de ditadura, onde as leis, e principalmente as regras eleitorais, eram autoritariamente modificadas com o objetivo de beneficiar o governo militar, em meados de 1985 se iniciou o momento da redemocratização brasileira. Por mais que a história política do Brasil esteja recheada de momentos propícios ao estudo, o momento da redemocratização e principalmente da Constituinte foi recheado por disputas, guerras de interesse e surgimento de novas possibilidades à política, por isso mesmo o contexto é extremamente favorável à análise dos fatores que levam ao surgimento e estruturação da nova arena legislativa, ou seja, deputado e partido parlamentar. Foi com a instauração da Assembleia Nacional Constituinte que se iniciou o processo de surgimento de novos partidos políticos, com ideologias diversas e, principalmente, capazes de abarcar diferentes partes da sociedade. Adoção de novas regras eleitorais, ao menos do ponto de vista de uma comparação entre o regime anterior e o atual, fez emergir uma arena legislativa composta por elementos sociais, diferenciando esse do passado recente. É a partir desse momento que a as minorias tiveram a oportunidade de se associarem politicamente e mais, ter a capacidade de colocar em pauta suas necessidades e lutar por elas sem medo de repressão.

OBJETIVO

O objetivo é analisar de que forma as regras eleitorais e as regras partidárias, a partir do processo da redemocratização brasileira na Constituinte são capazes de influenciar, bem como modificar a construção, estruturação e também o funcionamento da arena política brasileira a partir daquele momento. O objetivo mais específico deste trabalho é analisar o poder das regras eleitorais instauradas a partir do processo da redemocratização brasileira com início em 1985. Entender como essas regras foram e são capazes de influenciar a nova estruturação e também o funcionamento da arena legislativa brasileira a partir daquele ano.

METODOLOGIA

De início foi preciso fazer um panorama histórico das regras eleitorais adotadas pelo Brasil desde seu primeiro pleito em 1767 até o Regime Militar com os atos institucionais capazes de modificar as regras eleitorais e comandar o processo de forma a beneficiarem o governo passando pelo Império e a Primeira República. Depois foi feita uma análise do sistema eleitoral brasileiro, e das regras eleitorais, com o objetivo de entender como as regras são capazes de influenciar o comportamento da Câmara dos Deputados, seja ela como um todo, individualmente (cada deputado) ou através dos chefes das principais bancadas (entende-se aí os líderes).

RESULTADOS

Nesta fase final do trabalho foi essencial fazer uma observação mais detalhada das anotações feitas ao longo do estudo do tema, além disso, o orientador dessa pesquisa proporcionou uma melhor compreensão da linha de pesquisa principal e a partir disso esse subprojeto manteve uma linha de raciocínio e assim foi possível chegar a uma conclusão sobre o tema.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que mesmo com um histórico de regras eleitorais diversas, e mesmo passando por um longo período sob o domínio de um regime autoritário, durante todo o período de transição democrática pelo qual o Brasil passou, até a consolidação da democracia com a Constituição de 1988 o Congresso brasileiro, e em especial a Câmara dos Deputados, passou a ser mediado por instituições parlamentares. Mesmo que a literatura padrão aponte diversos problemas do sistema proporcional e da lista aberta o Brasil pós-redemocratização reafirma sua preferência por modelos como o presidencialismo mantendo sua origem, e não só consegue superar adversidades desses sistemas como acaba se tornando exemplo. Consegue contornar todos os possíveis problemas apontados com soluções particulares. As regras eleitorais brasileiras, reafirmadas pela Constituição de 1988, acabaram por proporcionar um legislativo onde os parlamentares são fieis às suas bancadas, onde uma minoria consegue ter representação (mesmo que através das coligações), onde os eleitores conseguem criar vínculos com os partidos. Uma Câmara com deputados mais solidários, mais participativos e menos adeptos à prática do clientelismo. É um legislativo que, por conta do presidencialismo de coalizão, consegue assegurar a governabilidade dos chefes do Executivo, e que ainda assim alcança, com o auxílio do modelo proporcional, a representatividade.

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Angelo Bôsko Machado de. O Sistema Eleitoral Brasileiro: condições de elegibilidade. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.
- CHEIBUB, J. A.; FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F.; Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara dos deputados, 1988-2006. Dados, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, jun. 2009.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro. EbooksBrasil, 2005.
- FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F.; Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Editora da FGV, Rio de Janeiro, 1999, pp. 8 a 123.
- KINZO, Maria D.G., A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. In São Paulo em Perspectiva, 15(4), 2001, pp. 3 a 12.
- ____ Partidos, eleições e democracia no Brasil pós- 1985. In RBCS, Vol. 19, nº54, 2004, pp.23 a 41.
- ____ Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In RBCS, Vol. 20, nº57, 2005, pp.65 a 81.
- KLEIN, Cristian. O desafio da reforma política. Editora Muad X, Rio de Janeiro, 2007.
- LJPHART, Arend. The Politicas Consequences of Electoral Laws, 1945 – 85. The American Political Science Review, Vol.84, Issue 2 (Jun. 1990), pp. 481- 496.
- NICOLAU, Jairo. A Historia do voto no Brasil. Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro, 2002
- ____ Sistemas eleitorais. Editora FGV, 5.ed.rev. e atual, Rio de Janeiro, 2004.
- ____ O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, Vol.49, nº 4, 2006, pp.689 a 720.
- ____ A reforma da representação proporcional no Brasil. In: M. V. Benevides, P. Vannuchi, F. Kerche (orgs.), Reforma política e cidadania. São Paulo, 2003, Fundação Perseu Abramo, pp. 201-213.
- RAE, Douglas. The Political Consequences of Electoral Laws. New Haven, Yale University Press, 1967.
- ROCHA, C. V. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: algumas observações. Civitas- Revista de Ciências Sociais, v.5, n.1, jan-jun. 2005
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- BRASIL. Código Eleitoral. Código Eleitoral anotado e legislação complementar. Tribunal Superior Eleitoral. 10ª ed, Brasília, 2012.
- Atos Institucionais. Brasília. In:<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acessado em 02/12/2013.
- Governo Geisel 1974-1979 distensão oposições e crise econômica. In: <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-geisel-1974-1979-distensao-oposicoes-e-crise-economica.htm>. Acessado em 02/12/2013.
- Historia do Brasil. In: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/doi-codi/>. Acessado em 05/12/2013
- EGYDIO, Paulo. Mortes de Herzog Manuel Fiel Filho aconteceram para desestabilizar Geisel. In: <http://oglobo.globo.com/pais/paulo-egydio-mortes-de-herzog-manuel-fiel-filho-aconteceram-para-desestabilizar-geisel-10887565>. Acessado em: 09/12/2013.